

Portugal e Timor-Leste: revisitando a tirania da distância

PAULO GORJÃO

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)

O Governo de Timor-Leste anunciou, a 3 de Novembro, a expulsão no prazo de 48 horas de sete magistrados judiciais portugueses. Em resposta, o Governo português, através do Ministério dos Negócios Estrangeiros, manifestou “preocupação e desconforto com as decisões do Governo de Timor-Leste”, que considerou “claramente desproporcionadas”.¹ A decisão do Governo timorense foi igualmente criticada pelos conselhos superiores da Magistratura e do Ministério Público de Portugal. Instalada a crise, o Ministério da Justiça suspendeu a cooperação com Timor-Leste por “não estarem criadas as condições adequadas para prosseguir a política de cooperação na área judiciária”.²

O Primeiro-Ministro timorense reconheceu, entretanto, que geriu mal o processo. Perante a ausência de aviso prévio da parte de Díli que tivesse permitido a Lisboa outro tipo de gestão política, Xanana Gusmão argumentou que “tinha estado atrapalhado com outras actividades”,³ e que seguramente a “surpresa caus[ada] foi elevada a uma dimensão maior do que quer[ia]”.⁴

Querendo ou não, a verdade é que o estrago político está feito e a ferida levará certamente tempo a cicatrizar. Tendo uma noção mais precisa do impacto que a decisão teve em Portugal, Xanana Gusmão pediu entretanto que se reduzisse “um bocado a emoção”.⁵ Infelizmente, será difícil aceder ao seu pedido porque as relações com Timor-Leste são um dos poucos temas da política externa portuguesa que suscita elevada atenção junto da opinião pública portuguesa. Nessa medida, a decisão de expulsar os magistrados judiciais portugueses—e sobretudo a forma como foi feito—foi recebida com enorme desconforto. A reacção portuguesa era, por isso, inevitável: “há regras e limites que têm de ser respeitados”, afirmou o Primeiro-Ministro português. Quando isso não acontece, como foi o caso, há “consequências”.⁶

Ora, não vale a pena chorar pelo leite derramado. Pouco importa se na base da decisão timorense está a “incompetência” dos magistrados judiciais portugueses, como alega Xanana Gusmão,⁷ ou a “investigação de vários ministros do executivo timorense por corrupção”, como refere a imprensa portuguesa.⁸ De uma maneira

1 “Portugal considera grave a revogação de vistos de permanência a funcionários judiciais internacionais em Timor-Leste” (*Governo de Portugal: Ministério dos Negócios Estrangeiros*, 3 de Novembro de 2014).

2 “Não estão criadas as condições adequadas para prosseguir a política de cooperação na área judiciária com Timor-Leste” (*Governo de Portugal: Ministério da Justiça*, 5 de Novembro de 2014).

3 “Xanana admite que surpreendeu Passos com expulsão de juizes” (*Lusa via Diário Económico*, 4 de Novembro de 2014).

4 “Xanana garante que não tem “nada contra Portugal”, pede menos emoção e

manda um abraço” (*Lusa via Expresso online*, 5 de Novembro de 2014).

5 *Idem*.

6 Raquel Pinto, “Passos. “Somos um país irmão de Timor, mas há limites”” (*Expresso online*, 5 de Novembro de 2014).

7 “Xanana garante que não tem “nada contra Portugal”, pede menos emoção e manda um abraço” (*Lusa via Expresso online*, 5 de Novembro de 2014).

8 Filipa Ambrósio de Sousa e Rute Coelho, “Investigação a ministros timorenses força saída de magistrados” (*Diário de Notícias*, 5 de Novembro de 2014), p. 2.



ou de outra, o resultado final é o mesmo. Acresce que o Primeiro-Ministro timorense bem pode afirmar que não há qualquer “intenção de esfriar as relações com Portugal”.⁹ Com ou sem intenção, essa foi a principal consequência.

Isto dito, a degradação da relação bilateral entre os dois países só terá surpreendido os mais distraídos. Há muito tempo que era evidente que se entrara num plano inclinado. Em 2011 escrevi um artigo precisamente sobre este assunto.¹⁰ No fundo, com diferentes manifestações, vamos assistindo aos efeitos colaterais da tirania da distância.¹¹ Cerca de 12 anos depois da independência de Timor-Leste, as relações bilaterais entre Lisboa e Díli resumem-se, em larga medida, aos laços afectivos e históricos que, sendo naturalmente relevantes, são insuficientes para dar maior espessura e solidez ao seu relacionamento. Em bom rigor, este progressivo distanciamento é compreensível. De certo modo, esta tendência corresponde à normalização de uma relação que foi durante muito tempo anormalmente emotiva, fruto das circunstâncias históricas que tiveram o seu epílogo com o referendo em 1999 e a independência de Timor-Leste em 2002. Porém, por outro lado, este afastamento é algo irracional, na medida em que reflecte a ausência de uma estratégia multidimensional, sobretudo da parte de Díli, que é quem tem mais a perder com o progressivo distanciamento bilateral.

9 “Xanana garante que não tem “nada contra Portugal”, pede menos emoção e manda um abraço” (*Lusa via Expresso online*, 5 de Novembro de 2014).

10 Paulo Gorjão, “Portugal e Timor-Leste: a tirania da distância” (*li*, 8 de Março de 2011).

11 Esta expressão, que tenha conhecimento, foi cunhada pelo historiador australiano Geoffrey Blainey que, num livro com esse mesmo título, analisou o modo como a distância a que a Austrália se encontrava da metrópole inglesa foi decisiva para moldar a sua identidade e a sua história.

Perante dois Estados vizinhos poderosos, deveria constituir uma prioridade estratégica para Timor-Leste a diversificação das suas relações, de modo a atenuar o impacto da hegemonia indonésia e australiana. Nessa medida, a aposta na consolidação das relações bilaterais com a China, com o Japão, ou com Portugal, para citar apenas três casos, seria algo do mais elementar bom senso político. Ora, os factos que ocorreram esta semana confirmam que Timor-Leste está muito longe de fazer tudo aquilo que está ao seu alcance para manter viva—e acarinhar—a relação bilateral com Portugal. Ultrapassado que está o ciclo da boa vontade que caracterizou o período pós-independência, perante um cenário de escassos interesses políticos e económicos em comum, se nada for feito, a relação bilateral continuará a fazer o seu caminho descendente. Resta saber se os dois países aceitam que assim seja, ou se, pelo contrário, vão à luta contra a tirania da distância. A forma como foi gerida a expulsão dos magistrados judiciais portugueses não augura nada de bom.

EDITOR | Paulo Gorjão

EDITOR ASSISTENTE | Gustavo Plácido dos Santos

DESIGN | Atelier Teresa Cardoso Bastos

Instituto Português de Relações Internacionais e Segurança (IPRIS)
Rua da Junqueira, 188 - 1349-001 Lisboa
PORTUGAL

<http://www.ipris.org>
email: ipris@ipris.org

IPRIS Comentário é uma publicação do IPRIS.

As opiniões expressas são da exclusiva responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente as opiniões do IPRIS.

Gold Sponsor



Silver Sponsor



Parceiros



Mecenas

